

Formação inicial de pedagogos: incorporação dos Estudos Surdos e das produções acadêmicas de pesquisadores surdos nos planos de ensino da disciplina de LIBRAS

Initial training of educators: incorporation of Deaf Studies and the academic productions of deaf researchers in the teaching plans of the discipline of LIBRAS

Sheila Ferreira Gonçalves¹

Resumo: Os Estudos Surdos configuram-se como uma corrente teórica cujas análises deslocam a discussão sobre a surdez do âmbito da deficiência e da educação especial, alocando-a em uma nova territorialidade educacional que reivindica o reconhecimento político da identidade e da cultura surdas. O crescente número de pesquisas e de pesquisadores, surdos e ouvintes, ligados a esta perspectiva teórica fornece a dimensão da expansão e relevância dos Estudos Surdos para as discussões acadêmicas a respeito da escolarização dos surdos em instituições regulares ou especializadas, emergindo como uma temática relevante para a formação docente. Assim, esta pesquisa analisa a incorporação das produções acadêmico-científicas ligadas aos Estudos Surdos, especialmente aquelas publicadas por pesquisadores surdos, na formação inicial de pedagogos, tomando como base os planos de ensino da disciplina de LIBRAS, presentes nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura em pedagogia de instituições federais de ensino do estado de São Paulo. Os dados analisados, ao mesmo tempo em que apontam a presença de temas vinculados aos Estudos Surdos no currículo dos cursos analisados, não encontraram uma correlação nominal entre esses temas e o termo “Estudos Surdos”. Além disso, evidenciou-se uma reduzida incorporação das produções científicas de pesquisadores surdos na formação inicial de pedagogos.

Palavras-chave: Formação Docente. Estudos Surdos. Pesquisador Surdo. Pedagogia.

Abstract: Deaf Studies are configured as a theoretical current whose analysis displaces the discussion on deafness from the scope of disability and special education, placing it in a new educational territoriality that claims the political recognition of identity and deaf culture. The growing number of research and researchers, deaf and hearing, linked to this theoretical perspective provides the dimension of the expansion and relevance of Deaf Studies for academic discussions regarding the schooling of the deaf in regular or specialized institutions, emerging as a relevant theme for teacher training. Thus, this research analyzes the incorporation of academic-scientific productions related to Deaf Studies, especially those published by deaf researchers, in the initial training of pedagogues, based on the teaching plans of the discipline of LIBRAS, present in the pedagogical projects of undergraduate courses in pedagogy in federal educational institutions in the state of São Paulo. The data analyzed, while pointing the presence of themes related to Deaf Studies in the curriculum of the courses analyzed, did not find a nominal correlation between these themes and the term "Deaf Studies". In addition, it was evidenced a reduced incorporation of the scientific productions of deaf researchers in the initial training of educators.

Keywords: Teaching training. Deaf Studies. Deaf researcher. Pedagogy.

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3470-3164>. Contato de e-mail: sheila.goncalo@ifsp.edu.br.



A disciplina de LIBRAS na formação docente

A história da educação dos surdos é marcada por disputas envolvendo a escolha da língua de comunicação e de instrução a ser adotada no contexto escolar. A abordagem oralista, utilizada desde as primeiras iniciativas oficiais voltadas para a educação de pessoas surdas no Brasil, apresenta-se como uma proposta pedagógica e terapêutica que busca criar condições para que o indivíduo surdo se aproprie da fala, utilizando-se de técnicas que envolvem o treinamento auditivo, a colocação fonêmica e a leitura orofacial², além da proibição quanto ao uso da língua de sinais (TRENCHÉ, 1995). Essa abordagem instaura a ideia de que apenas o domínio da língua oral poderia assegurar a inserção social e garantir avanços na escolarização desses sujeitos. O reconhecimento do status linguístico das línguas de sinais na segunda metade do século XX, entretanto, possibilitou um novo olhar para a pessoa surda, despertando a comunidade acadêmica para o desenvolvimento de pesquisas envolvendo não apenas a língua de sinais, mas também aspectos ligados à cultura e identidade surdas e, conseqüentemente, à escolarização de alunos surdos.

No Brasil, os estudos pioneiros realizados pela pesquisadora Dra. Lucinda Ferreira, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir da década de 1980, possibilitaram avanços nos estudos sobre a dimensão linguística da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, conseqüentemente, sobre a escolaridade de alunos surdos. Em artigo publicado em 1989, a pesquisadora propõe uma inversão na lógica das estratégias até então utilizadas na tentativa de minimizar as barreiras comunicativas entre surdos e ouvintes:

Ao invés de colocarmos a comunicação surdo-ouvinte na dependência de um aprendizado parcial da língua oral pelo surdo, por que não colocá-la também na dependência do aprendizado da língua de sinais pelos ouvintes envolvidos na educação dos surdos e pertencentes ao círculo de amizade e familiar do mesmo? (FERREIRA-BRITO³, 1989, p. 93).

Essa nova perspectiva teórica, juntamente com as reivindicações da comunidade surda pela valorização de sua língua e cultura, ajudaram a impulsionar a elaboração de documentos legais que buscavam garantir direitos à essa população.

Os avanços dos estudos sobre as línguas de sinais impulsionaram o surgimento da

² Costa (1994) define o treinamento auditivo, no contexto da abordagem oralista, como sendo uma técnica na qual se expõe a pessoa com perda auditiva a ruídos, sons ambientais e da fala com o objetivo de desenvolver a habilidade de discriminação sonora, potencializando a exploração dos restos auditivos (sons que pessoa com perda auditiva consegue ouvir), sendo recomendado o uso concomitante do aparelho de amplificação sonora individual. A colocação fonêmica, segundo a autora, consiste no ensino dos movimentos dos órgãos envolvidos na fonação, abarcando a articulação dos fonemas, a produção da voz e do ritmo da fala. Por fim, Costa (1994) define o trabalho com a leitura orofacial como um conjunto de exercícios voltados para a recepção/compreensão da modalidade oral da língua que permitem identificar movimentos realizados na boca e na face do interlocutor durante a fala e associá-los aos fonemas correspondentes.

³ À época da publicação do artigo a autora assinava como Ferreira-Brito.

proposta de educação bilíngue para surdos em diversas regiões no mundo e no Brasil, na década de 1990. Esse modelo propunha uma mudança ideológica para a educação dos surdos, uma vez que, ao indicar que a língua de sinais deveria ser aprendida como primeira língua e a língua majoritária, como segunda língua, inicia um processo de reconhecimento da surdez em uma perspectiva diferente do modelo médico (GESUELI, 2006). A implantação da educação bilíngue exigia, portanto, a especialização da equipe pedagógica e pressupunha a alocação dos alunos surdos em escolas especializadas.

Entretanto, nessa mesma década, o Brasil inicia o processo de implementação da Educação Inclusiva como política pública, a qual previa que todos os alunos, independentemente de suas peculiaridades, deveriam ser matriculados, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1996), o que indicava um movimento na direção oposta do modelo de educação bilíngue para surdos, chegando a haver, no início dos anos 2000, o fechamento de escolas especiais, o que gerou contestação por parte da comunidade surda (ANDREIS-WITKOSKI, 2013).

A promulgação da Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, representou, nesse contexto, uma vitória da comunidade surda, colocando em evidência a língua brasileira de sinais e a necessidade da implementação de políticas públicas que garantissem aos surdos o direito de acesso a uma escola que respeitasse sua especificidade linguística e que promovesse mudanças na forma de reconhecer o aluno surdo, questionando a utilização de estratégias pedagógicas pautadas na oralidade e promovendo debates a respeito de situações didáticas nas quais a mediação do conhecimento fosse realizada por meio da língua de sinais.

Embora ainda hoje possam ser evidenciadas nas escolas situações próprias do ouvintismo⁴, a legislação educacional brasileira, tais como o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), orientam, desde o início do século XXI, a implantação da educação inclusiva, indicando o modelo bilíngue para surdos como forma de superação das desigualdades geradas por iniciativas anteriores que consideravam os surdos como sendo pessoas deficientes e limitadas.

Nesse sentido, a formação de professores tem sido considerada primordial para a implantação da educação bilíngue para surdos, de forma a garantir aos alunos a aprendizagem por meio da língua de sinais. O Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), que regulamenta a Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), reconhecendo a especificidade linguística dos alunos surdos, estabeleceu a obrigatoriedade da oferta da disciplina de LIBRAS (Língua

⁴ Skliar (2016) define o termo ouvintismo como sendo “... um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais.” (p. 15).

Brasileira de Sinais) na matriz curricular dos cursos de licenciatura e de fonoaudiologia.

O referido decreto, ao considerar as diferentes demandas ao longo do processo de aquisição da língua de sinais pelos alunos surdos, dispõe que o processo de escolaridade vivenciado no momento da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental seja conduzido por professores bilíngues, com domínio da LIBRAS, favorecendo a aprendizagem desta língua de maneira precoce. O referido documento orienta ainda que, nas etapas seguintes da Educação Básica, ou seja, durante os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, se garanta o trabalho conjunto entre o tradutor e intérprete de LIBRAS⁵ e os professores das diferentes disciplinas escolares.

Mais atualmente, a Lei 14.191/21 (BRASIL, 2021) alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), instituindo a educação bilíngue de surdos como modalidade de educação escolar na qual a LIBRAS apresenta-se como primeira língua no processo de ensino aprendizagem e a modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua. A referida lei estabeleceu que a educação bilíngue de surdos fosse oferecida em escolas bilíngues, classes bilíngues, polos bilíngues e em escolas comuns, desde a educação infantil e estendendo-se ao longo da vida. O documento assegurou ainda a presença de professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior.

Desta maneira, a garantia de acesso à educação bilíngue de surdos reforça a necessidade de uma formação docente que assegure a aprendizagem da LIBRAS pelos professores, principalmente pelos pedagogos que atuam prioritariamente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O papel da disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura vem sendo investigado por pesquisadores interessados em compreender a efetividade da oferta deste componente curricular na formação de professores para a atuação com alunos surdos.

Reis, Silva e Silva (2014) compreendem que o objetivo da disciplina de LIBRAS no currículo dos cursos de licenciatura não deve ter como objetivo principal a capacitação de profissionais fluentes, mas a formação de professores capazes de lidar com o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos.

Nesse sentido, as autoras afirmam que a inclusão da disciplina de LIBRAS nos cursos de formação de professores possibilita avanços nas discussões a respeito dos aspectos culturais e identitários do povo surdo, seu processo de aprendizagem e sua relação com a língua portuguesa como segunda língua. Entretanto, as pesquisadoras advertem que a baixa carga horária normalmente destinada a esse componente curricular prejudica o aprofundamento dessas discussões teóricas e possibilita apenas um conhecimento prático

⁵ A profissão de intérprete de LIBRAS foi regulamentada mais tarde, em 2010, por meio da Lei 12.319 (BRASIL, 2010). De acordo com este documento, o tradutor e intérprete de LIBRAS é o profissional que atua de maneira com a língua brasileira de sinais e com a língua portuguesa de maneira simultânea ou consecutiva, possuindo proficiência em ambas as línguas.

superficial sobre a língua de sinais e sobre a comunidade surda.

Souza (2017), com o intuito de verificar a eficácia da disciplina de LIBRAS no sentido da desmistificação de conceitos sobre o surdo e a língua de sinais, analisou as concepções de estudantes de licenciatura, antes e após a conclusão da referida disciplina, e observou a apropriação pelos alunos de conceitos teóricos mais atuais ligados à surdez e o abandono de concepções pautadas no senso comum, o que evidencia a relevância da inclusão da disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura e a ampliação de seus conteúdos, não ficando eles restritos apenas à aprendizagem da língua de sinais propriamente dita.

Embora apontem para os avanços proporcionados pela inserção da disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura, Reis, Silva e Silva (2014) ressaltam a ausência de diretrizes curriculares que orientem os professores que atuam com a docência da disciplina de LIBRAS no Ensino Superior quanto aos objetivos e conteúdos fundamentais que devem compor os planos de ensino de forma a fornecer aos futuros professores da Educação Básica os subsídios mínimos para a atuação com os alunos surdos. Segundo as autoras, a ausência de diretrizes deixa a cargo dos docentes a seleção dos conteúdos a serem ministrados aos futuros professores.

No que diz respeito à formação docente inicial referente às propostas curriculares voltadas para alunos surdos matriculados na Educação Básica, Costa e Lacerda (2015) alertam que a disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura tem sido conduzida de forma a responder mais aos objetivos das políticas voltadas para a educação inclusiva do que aquelas destinadas à educação bilíngue propriamente dita.

Tsukamoto (2014), por sua vez, adverte que as propostas curriculares voltadas para alunos surdos vêm sendo construídas, na maioria das vezes, de forma unilateral, o que revela, segundo a pesquisadora, que “os valores impositivos dos colonizadores ainda perpetuam nos espaços escolares (p. 257)”.

A persistente colonização ouvintista do currículo, apontada por Tsukamoto (2014), pode estar associada à reduzida presença de professores surdos atuando na educação básica. Assim, entendemos que uma possível transformação desse cenário, além do investimento na formação de docentes surdos e sua inserção no mercado de trabalho, está vinculada à uma mudança na formação de docentes ouvintes de forma que os mesmos se apropriem de conhecimentos científicos atualizados a respeito da experiência da surdez e das especificidades envolvidas na educação dos surdos, como por exemplo os saberes advindos dos Estudos Surdos e da Pedagogia Surda, possibilitando a superação da exclusão e da deficientização⁶ da surdez no âmbito escolar.

⁶ O termo deficientização vem sendo utilizado como categoria de análise vinculada à perspectiva teórica dos Estudos Culturais para descrever a condição concreta da pessoa com deficiência em uma perspectiva relacional, buscando-se superar a descrição orgânica dos corpos e, assim, compreender como os sujeitos

Estudos Surdos e a emergência de autores surdos

De acordo com Bauman e Murray (2014) a propagação do campo dos Estudos Surdos, corrente que investiga a surdez sob uma perspectiva política e cultural, ocorreu a partir da década de 1970, nos Estados Unidos da América. Desde então, este campo teórico vem avançando e colocando-se como uma sólida perspectiva de análise na área de estudos sobre a pessoa surda. Os pesquisadores atribuem essa consolidação como decorrente dos resultados de pesquisas na área da linguística que comprovaram o status linguístico das línguas de sinais, o que possibilitou que a comunidade surda se reconhecesse como um grupo pertencente a uma cultura própria, cujos artefatos eram pouco conhecidos naquele momento o que justificava a urgência de investigações sobre a cultura surda. Além disso, contribuíram para o avanço dos Estudos Surdos as novas perspectivas ligadas aos estudos culturais das minorias que reconceituaram a categoria identidade, dissociando-a do modelo patológico que se utiliza apenas da descrição orgânica/psicológica dos corpos para definir o sujeito e suas limitações. (BAUMAN; MURRAY, 2014).

Em meio a essa conjuntura, os estudos das minorias passaram a pautar questões relacionadas à construção das identidades que abarcasse a presença de ideologias que criam e reforçam as relações desiguais de poder. As relações de desigualdade de poder estabelecidas entre ouvintes e surdos constituem o eixo que sustenta as análises dos Estudos Surdos. Essa delimitação do campo dos Estudos Surdos define claramente o escopo das pesquisas dentro dessa corrente, diferenciando-as de investigações acadêmicas que buscam uma compreensão da pessoa surda desvinculada de seu contexto histórico, político e social (BAUMAN; MURRAY, 2014).

No Brasil, os Estudos Surdos configuram-se como um campo de pesquisa amplo e sólido, embora relativamente novo. Os primeiros estudos vinculados a essa corrente teórica emergiram na década de 1990 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do Prof. Dr. Carlos Skliar (LOPES; THOMA, 2018).

De acordo Skliar (1996, p.29), os Estudos Surdos:

Abarcam pesquisas sobre as identidades, as línguas, os projetos educacionais, as histórias, as artes, as comunidades e culturas surdas, focalizados e entendidos a partir de um posicionamento político que luta por uma nova “territorialidade”: um espaço construído pelas problematizações sobre a normalidade, pelos embates com as assimetrias de poder e de saber, pelas diferenças construídas histórica e socialmente.

singulares tornam-se pessoas com deficiência, ou seja, como passam a ser identificados com base em sua diferença (FREITAS, 2021a, 2021b).

Assim, os Estudos Surdos estabelecem caminhos para um novo olhar para a pessoa surda, para sua cultura e sua identidade, buscando superar concepções essencialistas que, pautadas na biomedicina, alocam a pessoa surda no âmbito da anormalidade. Este campo epistemológico, em suas análises, posiciona as pessoas surdas como sujeitos históricos e culturais, contrapondo-se às narrativas, enunciadas por pessoas ouvintes, que alocam a pessoa surda no espaço da incapacidade, da falta, da deficiência e, por fim, da ineficiência.

Desta maneira, as primeiras publicações vinculadas aos estudos surdos no Brasil acentuaram os debates referentes às estratégias clínicas que pautavam não apenas os programas que buscavam a integração desses indivíduos na sociedade como as abordagens pedagógicas disponíveis para a educação dos surdos (LOPES; THOMA, 2018; FERNANDES; TERCEIRO, 2019). Nesse sentido, desde as primeiras pesquisas, as contribuições desta corrente teórica para a área da educação de surdos são inegáveis.

Uma questão latente é a defesa da presença de professores surdos nas escolas tanto especializadas como regulares, possibilitando o contato direto do aluno surdo com sua cultura e sua língua (GESUELLI, 2006; STROBEL, 2013; NAKASATO, 2019). Entretanto, embora tenha havido avanços na formação de professores surdos nos últimos anos, em decorrência da oferta, a partir de 2006, do Curso de Letras/LIBRAS, principalmente nas universidades federais, o número de docentes surdos atuando em escolas de Educação Básica ainda é incompatível com as demandas do sistema educacional brasileiro.

Assim, parece ser imprescindível que os futuros professores (principalmente os ouvintes, que representam a maioria dos professores) tenham acesso não só aos conhecimentos referentes à língua, cultura e identidade surdas, mas também a conhecimentos teóricos na área da educação produzidos por pesquisadores/autores surdos, dando protagonismo à comunidade surda para que a perspectiva teórica produzida pelos próprios surdos seja considerada na formação dos docentes e, conseqüentemente, na formulação de propostas curriculares e pedagógicas voltadas para alunos surdos.

Em levantamento realizado por Monteiro (2018), verificou-se um crescente aumento no número de surdos/as pós-graduados/as no Brasil, sendo identificados, até 2016, um total de 127 mestres, 21 doutores e 3 pós-doutores. Os dados coletados pela pesquisadora apontaram a área de Educação como sendo a mais procurada pelos pós-graduandos surdos.

O aumento no número de pesquisadores/as surdos/as revela que, embora este seja um processo incipiente, estão sendo produzidas e disponibilizadas pesquisas acadêmicas sobre educação a partir da perspectiva da pessoa surda. Essas produções, desde que sejam inseridas no currículo dos cursos de licenciatura, podem contribuir de forma incisiva para um aprofundamento da formação docente, resultando em uma reflexão a respeito do papel da escola em relação ao aluno surdo.

Com relação à escrita de livros por autores surdos, Müller e Karnopp (2017) apontam que essas produções funcionam como recursos de “pedagogização”, uma vez que a expressão do sujeito surdo por meio da escrita configura-se, segundo as pesquisadoras, como um espaço de reivindicações e negociações político-pedagógicas, dando visibilidade às práticas culturais surdas. Embora as pesquisadoras apontem para o desafio enfrentado pelos autores surdos ao escrever livros em uma segunda língua, ou seja, a Língua Portuguesa, as mesmas destacam a possibilidade que se abre para que esses autores possam tensionar concepções e negociar significados, transcendendo os territórios próprios da comunidade surda. Nesse sentido, a escrita de livros por autores surdos parece contribuir para inserir o povo surdo⁷ em uma posição discursiva privilegiada no sentido de fazer chegar ao outro (ouvinte) suas percepções e reivindicações, fortalecendo a propagação da cultura surda.

Desta maneira, a presente pesquisa teve como objetivo verificar a incorporação da produção acadêmico-científica vinculadas à corrente teórica dos Estudos Surdos e a presença de produções científicas de pesquisadores surdos na formação inicial de pedagogos, levando-se em consideração o conteúdo presente nos planos de ensino da disciplina de LIBRAS de cursos de licenciatura em pedagogia de instituições federais de ensino, localizadas no estado de São Paulo.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo documental com análise qualitativa de dados quantitativos. Para a coleta dos dados foram selecionadas 3 das 4 instituições federais de ensino, localizadas no estado de São Paulo, tomando-se como critério de inclusão a oferta do curso de licenciatura em pedagogia, na modalidade de ensino presencial.

Uma das instituições de ensino selecionadas oferece o curso de licenciatura em sete campi localizados em diferentes regiões do estado de São Paulo. Como não há uma unificação do projeto pedagógico do curso de pedagogia dos sete campi, cada um possui uma estrutura curricular própria. Portanto, cada um dos sete cursos oferecidos por esta instituição foi considerado separadamente na análise. Desta maneira, somados aos outros dois cursos, ofertados pelas outras instituições, foram analisados os dados de nove cursos de licenciatura em pedagogia, oferecidos no estado de São Paulo pela rede federal de ensino.

⁷ Strobel (2013) define o povo surdo como sendo o conjunto de sujeitos surdos que compartilham a mesma língua, costumes, história, tradições e interesses, apesar de não necessariamente habitarem o mesmo espaço geográfico.

Para a coleta dos dados foram consultados os projetos pedagógicos dos cursos, disponibilizados pela internet na página oficial das instituições de ensino. Considerou-se, para esta análise, apenas os planos de ensino específicos da disciplina de Libras, sendo que em um dos cursos verificou-se a presença de uma disciplina correlata, denominada Educação de Surdos, que também foi incluída neste estudo por ser considerada relevante para a formação de pedagogos, no que se refere à futura atuação docente com alunos surdos.

A escolha pelos planos de ensino das disciplinas de LIBRAS e Educação de Surdos justifica-se em decorrência da relevância e especificidade desses componentes curriculares quando considerada a temática desta pesquisa, embora seja possível que ocorram discussões a respeito de temas correlatos aos Estudos Surdos e a indicação de leitura de obras de autores surdos de forma transversal em outros componentes curriculares, tais como em disciplinas que abordem a educação especial e inclusiva.

Em cada plano de ensino foram extraídos e tabulados termos relevantes aos estudos ligados à corrente teórica dos Estudos Surdos tais como identidade surda, cultura surda, comunidade surda, biculturalismo, bilinguismo, diversidade, diferença, estudos surdos e pedagogia surda. A escolha dos termos a serem extraídos, tabulados e, posteriormente, analisados levou em consideração o levantamento realizado por Lopes e Thoma (2018) a respeito dos temas abordados em dissertações e teses desenvolvidas entre os anos 1996 e 2006, no âmbito do o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES/UFRGS), local onde, segundo as autoras, os Estudos Surdos emergiram no Brasil, conforme apontado anteriormente.

Além desses termos, foram incluídos na análise outros termos que, de forma convergente ou de forma divergente, aparecem como coadjuvantes nas produções acadêmico-científicas vinculadas ao campo analisado, tais como educação de surdos, educação especial, educação inclusiva, escolarização, exclusão e estudos culturais.

Ao longo da coleta dos dados, verificou-se a presença de termos que se assemelhavam aos já definidos previamente. Esses termos foram agrupados em uma única categoria, como por exemplo, bilinguismo e educação bilíngue e inclusão e educação inclusiva.

Além da incidência de termos, foram analisadas a bibliografia básica e complementar indicadas nos planos de ensino das disciplinas de LIBRAS e na disciplina de Educação de Surdos, buscando-se verificar a indicação de obras escritas por autores/pesquisadores surdos. Para identificar se os autores das obras indicadas correspondiam ao perfil investigado (autores surdos), buscamos essa informação na própria obra/site da editora na seção “informações sobre os autores” e, em alguns casos, consultamos o artigo publicado por Monteiro (2018), no qual ela apresenta um

levantamento com o nome de pesquisadores/as surdos/as que concluíram o mestrado, doutorado e pós-doutorado até o final de 2016.

Resultado e Discussão

A coleta dos dados identificou, conforme apontado anteriormente, a oferta de 9 cursos de licenciatura em pedagogia em instituições federais de ensino localizadas no estado de São Paulo. Em conformidade com o decreto 5626/05 (BRASIL, 2005), a disciplina de LIBRAS encontra-se como componente curricular obrigatório em todos os cursos analisados. Verificou-se em apenas um dos nove cursos de licenciatura em pedagogia, ofertados pelas instituições federais de ensino que compuseram a análise, a presença de uma disciplina denominada Educação de Surdos que, de forma paralela à disciplina de LIBRAS, discute o processo de escolarização específica de alunos surdos, conforme já mencionado.

Com objetivo de verificar a incorporação de temas relevantes para a corrente teórica denominada por Estudos Surdos, no que tange à formação inicial de pedagogos, realizou-se a extração, tabulação e quantificação de termos vinculados a essa corrente teórica, tendo como fonte de informação os planos de ensino da disciplina de LIBRAS e de Educação de Surdos, considerando-se especificamente os tópicos “ementa”, “objetivos” e “conteúdos”.

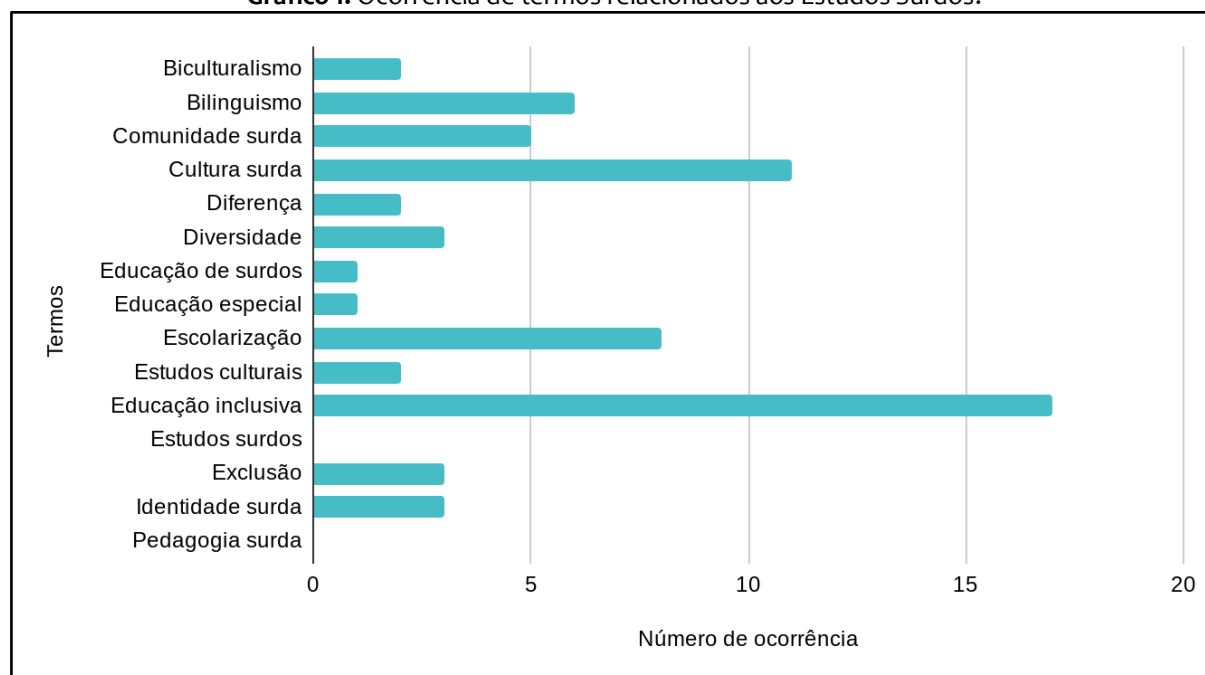
Os termos selecionados para análise foram: Biculturalismo, Bilinguismo, Comunidade Surda, Diferença, Diversidade, Educação de Surdos, Educação Especial, Escolarização, Estudos Culturais, Educação Inclusiva, Estudos Surdos, Exclusão, Identidade Surda e Pedagogia Surda.

É importante ressaltar que nenhum dos termos selecionados apareceu de forma unânime em todos os planos de ensino, demonstrando que, com relação ao objeto de estudo desta pesquisa, não há um termo cuja temática seja considerada indispensável para a formação do pedagogo no que se refere à sua futura atuação com alunos surdos.

Cabe ressaltar ainda que a presença dos termos nos planos de ensino analisados não implica que as temáticas envolvidas sejam efetivamente discutidas nas aulas. Esta verificação, embora fundamental, extrapola os objetivos previstos na presente pesquisa.

O número de ocorrência de cada um dos termos analisados está representado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Ocorrência de termos relacionados aos Estudos Surdos.



Fonte: dados da pesquisa.

Os dados apontam que, dos quinze termos selecionados, apenas os termos “Estudos Surdos” e “Pedagogia Surda” não foram encontrados em nenhum dos planos de ensino analisados. Embora se constitua como um campo de pesquisa sólido e com vasta produção acadêmico-científica, a ausência do termo “Estudos Surdos” pode revelar um baixo reconhecimento dessa corrente teórica pelas instituições pesquisadas. Entretanto, como será apresentado adiante, a presença de outros termos, tais como identidade, cultura e comunidade surda, pode indicar certa incorporação de temáticas envolvidas nos “Estudos Surdos” quando da seleção de conteúdos a serem trabalhados com futuros pedagogos.

Com relação ao termo “Pedagogia Surda”, embora a ausência possa representar desprestígio dessa abordagem, é preciso considerar que se trata de uma perspectiva que se apresentou mais recentemente nos estudos acadêmicos. Sabe-se que a incorporação, pelos cursos de formação docente, de novos conceitos produzidos pela ciência, dificilmente se dá de forma imediata, levando certo tempo até que a divulgação desses conceitos tenha o alcance desejado.

Com relação aos demais termos pesquisados, verificou-se alta incidência dos termos “educação inclusiva”⁸ (17 vezes) e “escolarização” (8 vezes). A partir desses dados, é possível observar que a disciplina de LIBRAS tem se configurado como um componente curricular, dentro da formação dos futuros pedagogos, que não se restringe ao ensino da Língua Brasileira de Sinais propriamente dita, abrangendo também conteúdos ligados ao

⁸ Juntamente com o termo “educação inclusiva” foram contabilizados os termos “inclusão” e “ensino inclusivo”, por se referirem à mesma temática.

processo específico de escolarização de alunos surdos. Desta maneira, nos cursos de licenciatura analisados, parece haver uma compreensão de que o trabalho pedagógico com alunos surdos depende não apenas do conhecimento da língua de sinais pelo professor, embora este seja relevante, mas envolve também discussões que levam em conta o processo de ensino e aprendizagem.

A grande incidência do termo “educação inclusiva” nos planos de ensino demonstra ainda um alinhamento dos cursos de formação de pedagogos analisados com as políticas públicas referentes ao atendimento do público-alvo da Educação Especial, previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), modalidade na qual os surdos foram enquadrados até a oficialização, em 2021, da modalidade de ensino Educação Bilíngue de Surdos, por meio da publicação da Lei 14.191/21 (BRASIL, 2021).

Cabe ressaltar que o termo “educação inclusiva” não foi mencionado nos planos de ensino do curso da instituição que tem em sua estrutura curricular, além do componente curricular de LIBRAS, a disciplina Educação de Surdos.

Salienta-se ainda que o termo “educação bilíngue” apareceu nos planos de ensino com um número muito menor de ocorrência, apenas seis vezes, quando comparado com o número de vezes em que o termo “educação inclusiva” apareceu (17 vezes), conforme já citado. Desta maneira, os dados corroboram os achados de Costa e Lacerda (2015) no que se refere à prioridade dada, pelos cursos de licenciatura, às políticas voltadas para a educação inclusiva, em detrimento daquelas destinadas à educação bilíngue de surdos.

Conforme apontado anteriormente, apesar da ausência do termo “Estudos Surdos” nos planos de ensino examinados, a discussão sobre temas relevantes para essa corrente teórica mostrou-se presente. Como exemplo, destacam-se a presença dos termos “cultura surda”, com onze ocorrências, “comunidade surda”, com cinco ocorrências, “identidade surda”, com três ocorrências e “biculturalismo”, com duas ocorrências.

Durante a coleta dos dados, foi possível observar que os termos “deficiência auditiva/deficiente auditivo”, que não estavam no rol de termos selecionados inicialmente, ainda vêm sendo utilizados no âmbito acadêmico dos cursos analisados, ainda que eles tenham aparecido apenas três vezes, o que se coloca no sentido oposto da urgência de superação da concepção do surdo como deficiente vinculada ao modelo médico no âmbito educacional.

Além da análise dos termos selecionados, os planos de ensino das disciplinas de LIBRAS e de Educação de Surdos também foram examinados quanto à presença de obras de autores surdos, estabelecendo-se uma relação com a indicação de obras de autores ouvintes. Esta análise pretendeu discutir a relevância atribuída pela academia ao conhecimento científico produzido por autores surdos, buscando contribuir para uma

reflexão a respeito da influência destes pesquisadores na formação de futuros pedagogos e, conseqüentemente, na educação de alunos surdos.

A análise das bibliografias básicas e complementares dos cursos analisados revelou uma disparidade quanto à presença de autores surdos quando comparado ao número de autores ouvintes. Foi possível verificar que os autores ouvintes representam 81,7% do total de autores cujas obras foram indicadas, enquanto que os autores surdos correspondem a apenas 18,3%. Essa desigualdade pode ser interpretada como uma resistência ou desconhecimento quanto aos saberes científicos produzidos por pesquisadores surdos, o que acaba limitando o protagonismo dos mesmos no que diz respeito à participação na educação da comunidade surda no Brasil. Embora os motivos associados a essa resistência/desconhecimento precisem ser melhor investigados, é possível que esse desprestígio esteja associado a resquícios da herança ouvintista marcada historicamente pelo afastamento do surdo das instâncias de poder.

Para Perlin e Miranda (2003), o constante desapeçamento ou afastamento da comunidade e da cultura surda tem possibilitado a produção de formas para se referir aos surdos, a partir de posições estereotipadas e discriminatórias, que podem ser caracterizadas como violência cultural.

Os dados revelaram ainda que dos 9 cursos analisados neste levantamento, 5 não indicaram nenhuma obra cujo autor seja surdo. Este dado evidencia que futuros pedagogos estão sendo formados quanto à educação dos surdos, sem que tenham acesso a conhecimentos produzidos pela própria comunidade surda.

Cabe enfatizar que, no corpus desta pesquisa, os autores surdos presentes nas obras indicadas na bibliografia básica e complementar dos cursos aparecem em sua maioria como co-autores, dividindo a elaboração da obra com autores ouvintes. Somente uma obra indicada foi escrita apenas por um autor surdo, o ativista inglês e pesquisador do *Centre for Deaf Studies da University of Bristol* Dr. Paddy Ladd. Assim, as obras organizadas apenas por autores ouvintes correspondem a 90,6%, enquanto que as obras escritas com parcerias entre autores surdos e ouvintes correspondem a 8,5% e as obras escritas apenas por autores surdos correspondem a apenas 0,9% do total. Essas desigualdades numéricas reforçam o apagamento da presença do surdo em instâncias de poder, representadas, nesse caso, pela instância de formação de docentes no âmbito do Ensino Superior.

Os dados destacam como autor mais presente nos planos de ensino, a pesquisadora ouvinte Ronice Müller de Quadros. Com formação em pedagogia e doutorado em linguística, Quadros atua como docente e pesquisadora na Universidade Federal de Santa Catarina e possui uma vasta e reconhecida produção acadêmica na área de gramática e aquisição da LIBRAS, no estudo do desenvolvimento bilíngue bimodal e na educação de surdos. Na presente pesquisa, verificou-se a presença de obras da autora nos planos de ensino de todas as instituições analisadas. Além disso, foi possível encontrar um total de 14

indicações de obras de Quadros nos planos de ensino dos cursos analisados, sendo que algumas obras aparecem em mais de um curso.

É também de Ronice Müller de Quadros a obra mais citada nos planos de ensino. O livro “Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos”, publicado em 2004 em parceria com a pesquisadora ouvinte Lodenir Becker Karnopp, foi indicado em 7 dos 9 cursos analisados. Lodenir Becker Karnopp, docente e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é doutora em Linguística e Letras e desenvolve pesquisas com foco na educação de surdos, educação bilíngue, produções culturais e literatura surda, possuindo grande número de produções acadêmicas a respeito desses temas.

Karnopp divide a segunda posição de autores mais indicados, nos planos de ensino analisados nesta pesquisa, com o pesquisador ouvinte Carlos Bernardo Skliar e com a pesquisadora ouvinte Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, sendo as obras de cada um deles citadas por 7 vezes nos planos de ensino. Skliar possui formação em fonoaudiologia, é doutor em Ciências da Recuperação Humana e atua como pesquisador na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Skliar desenvolve pesquisas na área da educação, surdez, diferença e alteridade, na perspectiva dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos.

Lacerda é formada em fonoaudiologia e é doutora em Educação. Atua como docente e pesquisadora na Universidade Federal de São Carlos, desenvolvendo estudos sobre a educação de surdos, bilinguismo e atuação do intérprete de Libras no contexto escolar⁹.

Quanto aos co-autores/autores surdos de obras indicadas nos planos de ensino analisados, destacamos as pesquisadoras abaixo, vinculadas a universidades federais, por possuírem significativa produção científica¹⁰:

- Flaviane Reis: licenciada em pedagogia, doutora em educação, atua como docente na Universidade Federal de Uberlândia. Suas pesquisas têm como foco a educação dos surdos, a metodologia de ensino da LIBRAS, a cultura e o professor surdo.
- Gladis Teresinha Taschetto Perlin: licenciada em teologia, é doutora em Educação e atua como docente na Universidade Federal de Santa Catarina. Suas pesquisas têm como foco a surdez e a diferença, a cultura, a educação e a identidade surdas.
- Karin Lilian Strobel: formada em pedagogia, possui doutorado em educação e atua como docente na Universidade Federal de Santa Catarina. Desenvolve pesquisas sobre os temas educação de surdos, língua de sinais, linguística e metodologia do ensino de LIBRAS.
- Myrna Salerno Monteiro: formada em comunicação visual e em Letras/LIBRAS, possui mestrado em linguística e atua como docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus principais temas de pesquisa dizem respeito à gramática e ensino da LIBRAS.

⁹ Os dados referentes à formação, local de atuação e temas de pesquisa referentes aos autores/as presentes nos planos de ensino analisados foram obtidos por meio de consulta realizada na Plataforma Lattes/CNPq.

¹⁰ Destacamos as autoras com maior número de produções bibliográficas (artigo completo em periódicos, capítulo de livro e livro), segundo o Indicador de Produção da Plataforma Lattes/CNPq.

Apesar do trabalho acadêmico desenvolvido por essas pesquisadoras surdas, cada uma delas teve apenas uma obra indicada (em co-autoria com autores ouvintes), nos planos de ensino da disciplina de LIBRAS analisados, sendo que a obra de cada autora citada apareceu apenas uma vez, quando considerado o conjunto dos planos de ensino dos cursos.

Faz-se importante lembrar que, embora haja uma recomendação no decreto 5626/05 (BRASIL, 2005), para que a disciplina de LIBRAS seja ministrada por professores surdos, não há uma obrigatoriedade nesse sentido, podendo este componente curricular ser assumido também por docentes ouvintes. Como a informação referente ao docente responsável pela disciplina de LIBRAS e de Educação de Surdos nas instituições analisadas não se encontra disponível na página dos cursos na internet, não foi possível verificar se há relação entre a presença de professores surdos como docente responsável pela disciplina de LIBRAS e a indicação de obras de autores/co-autores surdos nos planos de ensino. A análise dessa correlação em futuras pesquisas tende a fornecer dados que podem revelar (ou não) a valorização de autores surdos pelos próprios docentes surdos, no momento da elaboração dos planos de ensino.

Por fim, é possível afirmar que a crescente produção acadêmica desenvolvida por pesquisadores surdos, apontada por Monteiro (2018), não implicou em um significativo acesso a essas produções por alunos matriculados nos cursos de licenciatura em pedagogia da rede federal de ensino de São Paulo.

Desta maneira, é preciso considerar a possibilidade de a baixa incidência de indicação de autores surdos, quando da elaboração dos currículos dos cursos de licenciatura, a despeito do crescente avanço acadêmico alcançado pelos pesquisadores surdos, ser justificada pela presença de concepções capacitistas que, conforme aponta Mello (2016), se materializam por meio de ações preconceituosas que promovem a hierarquização dos sujeitos pautada na adequação dos corpos atrelada a um ideal de beleza e de capacidade funcional. Mello (2016) acrescenta que, no caso das pessoas com deficiência, o capacitismo apresenta-se como uma experiência de opressão por serem identificadas, a partir da percepção de “falta”, como um todo corpóreo incapaz, ou seja, como o avesso da capacidade. No caso da pessoa surda, é preciso reconhecer as marcas do ouvintismo que acabam por sustentar atitudes capacitistas, produzindo uma hierarquização que aloca as pessoas ouvintes em posição superior às pessoas surdas.

Considerações finais

A escolarização de alunos surdos esteve, desde sempre, envolta em discussões a respeito da língua a ser adotada para a comunicação e instrução dentro das escolas especializadas e regulares. O reconhecimento da língua brasileira de sinais, juntamente com as reivindicações por direitos promovidas por movimentos liderados pela comunidade

surda, impulsionou a criação de leis que pretendem organizar, regular e aumentar a qualidade da educação oferecida à comunidade surda.

Nesse contexto, a formação docente se coloca como ponto fundamental para as transformações pretendidas na educação dos surdos. A obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS no currículo dos cursos de licenciatura emergiu como uma política educacional que pretendia difundir, entre os professores da Educação Básica, conhecimentos referentes à língua de sinais, buscando diminuir a barreira comunicativa entre professor e aluno. Uma ampliação do rol de conteúdos da disciplina de LIBRAS, para além da aprendizagem prática da língua de sinais em si, abarcando discussões referentes à cultura e identidade surdas e, especialmente, ao processo de aprendizagem específico dos alunos surdos, revelou-se como uma necessidade diagnosticada pelos cursos de licenciatura analisados, embora não haja uma recomendação legal para essa ampliação curricular.

Nossos dados possibilitaram verificar que os conteúdos relacionados à identidade, cultura e comunidade surda estão presentes nos planos de ensino, entretanto, não são associados de forma nominal à corrente teórica dos Estudos Surdos. Foi possível observar também uma priorização de temáticas relacionadas à educação inclusiva, em detrimento da educação bilíngue, embora seja possível que discussões sobre a inclusão escolar envolvam eventualmente a perspectiva bilíngue de educação de surdos.

Quanto à incorporação dos conhecimentos científicos produzidos por pesquisadores surdos, analisada com base na indicação de obras desses autores na bibliografia básica e na bibliografia complementar dos planos de ensino da disciplina de LIBRAS, os dados coletados apontaram uma baixa incidência, indicando que os futuros pedagogos estão sendo formados para atuarem com alunos surdos prioritariamente a partir de conhecimentos teóricos produzidos por pesquisadores ouvintes.

Quando apontamos a desigualdade de acesso às produções acadêmicas de autores surdos em relação aos autores ouvintes, não pretendemos deslegitimar os conhecimentos científicos sobre a língua de sinais ou sobre a cultura e identidade surdas produzidas por estudiosos ouvintes brasileiros. Entretanto, mesmo considerando a necessidade de ampliação da abrangência da presente pesquisa, é preciso trazer à luz a permanência da desigualdade de poder estabelecida entre surdos e ouvintes ao longo da história da educação de surdos no Brasil, revelada por meio da baixa incidência de obras de autores surdos nos planos de ensino analisados.

Desta maneira, a análise dos planos de ensino da disciplina de LIBRAS dos cursos de licenciatura em pedagogia indicou a necessidade de uma reflexão a respeito do currículo proposto para a formação docente de forma a superar a supremacia ouvinte que historicamente se impôs na educação dos surdos, buscando-se uma maior valorização dos saberes advindos da própria comunidade surda, possibilitando que se estabeleça um protagonismo surdo na formação das futuras gerações.

Referências

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia. A problematização das políticas públicas educacionais na área da educação bilíngue de surdos. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 24, n. 2, p. 86-100, mai/ago, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2481/2226>. Acesso em 22 mar 2023.

BAUMAN, H-Dirksen L.; MURRAY, Joseph J. Estudos surdos no século 21: “Deaf-gain” e o futuro da diversidade humana In: ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia; FILIETAZ, Marta Rejane Proença. **Educação de surdos em debate**, Curitiba: Editora da UTFPR, 2014. 264p.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 10 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022,19%20de%20dezembro%20de%202000. Acesso em 22 nov. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial, Brasília, jan, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 12 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%202010.&text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,Art. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 10 nov. 2022.

COSTA, Maria da Piedade Resende da. Orientações para ensinar o deficiente auditivo a se comunicar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 1, n. 2, p. 93-106, 1994. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65381994000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2023.

COSTA, Otávio Santos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A implementação da disciplina de Libras no contexto dos cursos de licenciatura, **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n. esp., p. 759-772, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6202788>. Acesso em 04 dez. 2022.

FERNANDES, Sueli de Fátima; TERCEIRO, Francisco Martins Lopes. Deafhood: um conceito em formação no campo dos Estudos Surdos no Brasil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313158902087/313158902087.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Necessidade psico-social e cognitiva de um bilinguismo para o surdo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 14, p. 89-100, jul/dez, 1989. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639104>. Acesso em 05 jan. 2023.

FREITAS, Marcos Cezar de. Crianças bolivianas na educação pública: medicalização, enquadramentos deficientizadores e estigmatizados com base no transtorno do espectro autista. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 2, p.645-661, mai/ago, 2021a. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67920>. Acesso em: 27 mar. 2023.

FREITAS, Marcos Cezar de. Diversidades culturais, deficiências e inclusão: a potência curricular da educação infantil. **Debates em Educação**, Maceió, v. 13, n. 33, p. 334-354, 2021b. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12549/9342>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GESUELI, Zilda. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 277-292, jan/abr, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3XVGL5KrfKMDVvvnRh5MXwL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2020.

LOPES, Luciane Bresciani; THOMA, Adriana da Silva. Estudos surdos em educação no Brasil: a produção do campo no período de 1996-2006. **Revista Forum (INES)**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 21-36, jan/jun, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197907/001097590.pdf?sequence=1>. Acesso em 23 out. 2022.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Revista Ciência & Saúde**, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MONTEIRO, Myrna Salerno. Mestres e Doutores: sobre a crescente formação especializada de pessoas surdas no Brasil. **Revista Virtual de Cultura Surda**, n. 23, p. 1-40, mai, 2018. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/1%C2%BA%20Artigo%20da%20Revista%2023%20ode%20MONTEIRO.pdf>. Acesso em 14 dez. 2022.

MÜLLER, Janete Inês; KARNOPP, Lodenir Becker. Literatura surda: representações em produções editoriais. **Revista Educação em Questão**, v. 55, n. 44, p. 121-143, abr/jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12196>. Acesso em: 11 jan. 2023.

NAKASATO, Ricardo Quiotaca. **Desenvolvimento da cultura surda no currículo de escolas bilíngues para surdos**: a fala de professores surdos. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2019.

PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. Surdos: o narrar e a política. **Ponto de vista: revista de educação e processos inclusivos**, n. 5, p. 217-226, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1282>. Acesso em 03 jan. 2023.

REIS, Flaviane; SILVA, Thaís Coutinho de Souza; SILVA, Keli Maria de Souza Costa. Um olhar acerca da formação docente para atuar na educação de surdos. In: ANDREIS-WITLOSKI, Silvia; FILIETAZ, Rejane Proença. **Educação de surdos em debate**, Curitiba: Ed. UTFPR, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3548/1/educacaosurdos.pdf>. Acesso em 26 out. 2022.

SKLIAR, Carlos. Estudos surdos em educação: problematizando a normalidade In: SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8 ed., Porto Alegre: Mediação, 2016.

SOUZA, Rejane de Aquino. A implantação da LIBRAS nas licenciaturas: desmistificando conceitos, **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 13, n. 3, set/dez, p. 73-98, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/9245>. Acesso em: 14 nov. 2022.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. UFSC, 3ª ed., 2013.

TRENCH, Maria Cecília Bonini. Considerações sobre a escolha de uma abordagem que viabilize à criança surda o acesso à linguagem. **Distúrbios da Comunicação**, v. 7, n. 2, p. 125-133, 1995. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/issue/view/774>. Acesso em: 22 mar. 2023.

TSUKAMOTO, Neide Mitiyo Shimazaki. A vereda histórica da educação dos surdos: da oralidade ao bilinguismo na ótica da formação docente. In: ANDREIS-WITLOSKI, Silvia; FILIETAZ, Rejane Proença. **Educação de surdos em debate**, Curitiba: Ed. UTFPR, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3548/1/educacaosurdos.pdf>. Acesso em 26 out. 2022.

Recebido: 31.01.2023
Aprovado: 08.05.2023
Publicado: 16.05.2023